



TESOURO NACIONAL

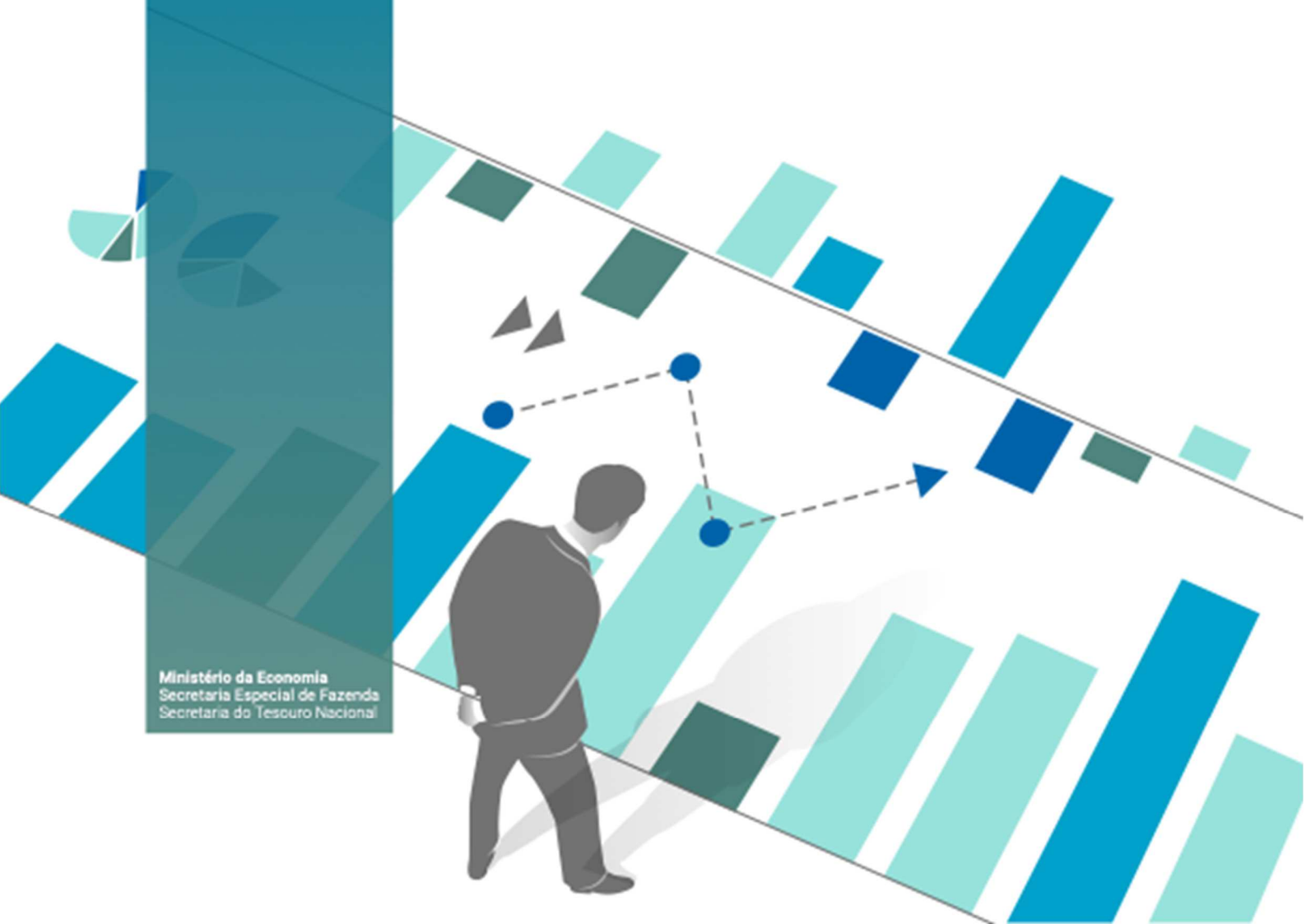
RTN
2019

Maio

Resultado do **Tesouro Nacional**

Sumário Executivo

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional





Sumário Executivo

No mês de maio de 2019, o resultado primário do Governo Central foi um déficit de R\$ 14,7 bilhões, frente a déficit primário de R\$ 11,0 bilhões observado no mesmo mês do ano passado (termos nominais). O resultado observado veio próximo das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que sinalizava, na mediana, um resultado deficitário de R\$ 15,0 bilhões para o mês. O resultado deficitário no mês de maio é explicado pelo movimento sazonal de transferência da maior arrecadação do IRPJ/CSLL e participações especiais da exploração de recursos naturais em abril.

No mês de maio, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 178,0 milhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 14,9 bilhões. A piora em relação a maio de 2018 se deveu, principalmente, ao resgate, naquele ano, de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) no valor de R\$ 3,5 bilhões. Além do efeito deste resgate houve redução real da despesa (R\$ 1,5 bilhão) e da receita líquida (R\$ 1,1 bilhão). A redução real da receita líquida é explicada, principalmente pela elevação das transferências por repartição das receitas de participações especiais, enquanto a redução real da despesa foi influenciada pela diminuição nos gastos com abono e seguro desemprego e nas despesas do poder executivo sujeitas à programação financeira.

Com o resultado de maio, o saldo acumulado no ano totaliza déficit de R\$ 17,5 bilhões ante déficit de R\$ 15,2 bilhões no mesmo período de 2018 (termos nominais), representando uma deterioração real do resultado de 9,3%. O resultado de 2019 é composto por um superávit de R\$ 62,5 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 80,0 bilhões na Previdência Social (RGPS).

Da mesma forma do ocorrido no comparativo mensal a elevação real do déficit primário no acumulado até maio deste ano ante o mesmo período do ano passado decorreu do resgate, em maio de 2018, de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE) no valor de R\$ 3,5 bilhões. No acumulado a receita líquida anotou queda real de R\$ 2,8 bilhões enquanto a despesa decresceu R\$ 5,0 bilhões em termos reais.

A projeção para o ano, de acordo com o último relatório bimestral, aponta para um déficit primário do Governo Central de R\$ 138,8 bilhões¹, apesar de um contingenciamento de R\$ 31,7 bilhões na despesa primária. A se confirmar o déficit primário do Governo Central, isso representaria uma sensível piora frente ao déficit primário do Governo Central realizado, em 2018, de R\$ 120,2 bilhões. Novamente, essa piora projetada vem de uma receita líquida do Governo Central estimada com crescimento real zero ou levemente negativo, o que representa uma queda da receita líquida do Governo Central de aproximadamente 0,5 ponto do PIB frente a uma queda da despesa primária de 0,3 ponto do PIB. Nesse contexto, diante das atuais circunstâncias e sem contar ainda com o bônus de assinatura do leilão do excedente da cessão

¹ A diferença de R\$ 219,0 milhões em relação a meta de déficit R\$ 139,0 bilhões é devida a possibilidade de compensação prevista no § 3º do art. 2º da LDO de 2019, do Governo Central para Entes Subnacionais e Estatais Federais.



onerosa, repetir o resultado primário do Governo Central do ano passado já seria um enorme ganho.

Além do desafio de avançar no ajuste fiscal com frustração da arrecadação, o crescimento das despesas obrigatórias segue comprimindo as despesas discricionárias. Em 2019, a proporção de despesas discricionárias em relação ao total deverá alcançar a mínima histórica de 6,9% (R\$ 97,6 bilhões), ante a proporção de 9,5% verificada em 2018. Ressalta-se que os benefícios previdenciários são o maior componente das despesas obrigatórias.

Dos R\$ 128,8 bilhões gastos em despesas discricionárias no ano passado, R\$ 48,4 bilhões foram despesas com investimento e o restante em demais despesas discricionárias, inclusive as que compõem o mínimo constitucional de saúde e educação, além de políticas públicas como subvenções econômicas do Minha Casa Minha Vida e pagamento de bolsas de estudos. Dado um nível tão baixo de despesa discricionária que, em 2018, voltou ao mesmo nível real de 2010, o debate que está posto é sobre o nível mínimo de despesas discricionárias necessário para o funcionamento da máquina pública, pois o investimento público no ano passado foi de 0,7% do PIB, ante 1,4% do PIB, em 2014. Neste ano, os investimentos poderão ser inferiores a 0,5% do PIB, frente a uma despesa primária do Governo Central projetada de R\$ 1.409 bilhões (19,4% do PIB).

Dado o exposto, fica evidente que o processo de ajuste fiscal exigirá cada vez mais uma mudança na dinâmica das despesas obrigatórias, em especial, em relação ao crescimento das despesas com aposentadorias e pensões, bem como da folha de pessoal do Governo Central, com um maior controle na contratação de pessoal e nos reajustes dos vencimentos de funcionários públicos.